1. Leia o texto a seguir para responder ao que pede a questão.

Decreto das Cortes Portuguesas

“A 24 de abril de 1821, as Cortes de Lisboa declararam os governos provinciais independentes do Rio de Janeiro, subordinando-os diretamente às Cortes. Antes mesmo que lá chegassem os deputados brasileiros, já tratavam as Cortes, em 29 de setembro de 1821, de assuntos de sumo interesse para o Brasil, decidindo transferir para Lisboa [...] o Conselho da Fazenda, a Junta de Comércio, a Casa de Suplicação e várias outras repartições instaladas no país por d. João VI. Decretava-se a seguir, em 29 de setembro, 1º e 18 de outubro a volta do príncipe regente, nomeando-se para cada província, na qualidade do Poder Executivo, um governador-de-armas, independente das junta e destacando novos contingentes de tropas para o Rio de Janeiro e Pernambuco.”

COSTA, Emília Viotti da. Introdução do estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em perspectiva. São Paulo: Difel, 1976.

O texto acima se refere às deliberações das Cortes em Portugal, formada quando a família real portuguesa estava no Brasil, que pretendiam eliminar várias ações de autonomia administrativa implantadas por D. João VI na possessão portuguesa da América. Sobre o processo de Independência do Brasil é incorreto afirmar que:

1. a primeira medida de autonomia econômica realizada por D. João VI foi a abertura dos portos às nações amigas.
2. frente à pressão das Cortes, o príncipe regente D. Pedro I dirigiu-se a Portugal para prestar contas, voltando, porém, ao Brasil logo depois para poder realizar a Independência.
3. a formação das Cortes obrigou D. João VI a retornar a Portugal, visto estar receoso de perder o poder na metrópole.
4. as Cortes formadas em Portugal foi uma consequência da Revolução Liberal do Porto, de 1820.
5. Um evento ocorrido em Portugal foi de suma importância para a deflagração da Independência do Brasil, já que obrigou D. João VI a cruzar novamente o Atlântico, em retorno a Portugal. Qual foi esse evento?
6. Revolução da Maria da Fonte
7. Revolta da Patuleia.
8. Revolta Liberal do Porto.
9. Revolução dos Cravos.
10. Leia as afirmativas abaixo sobre o processo da Independência do Brasil e assinale se as mesmas são Verdadeiras (V) ou Falsas (F).

I – () V () F – A abertura dos portos brasileiros às demais nações do mundo pode ser vista como um primeiro “grito de independência”, em que a colônia brasileira não mais estaria atrelada ao monopólio comercial imposto pelo antigo pacto colonial.

II – () V () F – Como resposta à imposição das Cortes pelo seu retorno a Portugal, Dom Pedro I firmou uma resolução onde dizia que nenhuma ordem vinda de Portugal poderia ser adotada sem sua autorização prévia.

III – () V () F – No contexto de acirramento das tensões entre as Cortes e a colônia portuguesa, o príncipe regente baixou os impostos e equiparou as autoridades militares nacionais às lusitanas.

IV – () V () F - Dom Pedro I incorporou figuras políticas contra a independência aos quadros administrativos de seu governo, como José Bonifácio, defensor de situação colonial brasileira e do poder régio português, pretendendo com essa manobra enganar as Cortes de suas reais intenções.

4) (Cesgranrio) Assinale a opção que apresenta um fato que caracterizou o processo de reconhecimento da Independência do Brasil pelas principais potências mundiais:

a) Reconhecimento pioneiro dos Estados Unidos, impedindo a intervenção da força da Santa Aliança no Brasil.

b) Reconhecimento imediato da Inglaterra, interessada exclusivamente no promissor mercado brasileiro.

c) Desconfiança dos brasileiros, reforçada após o falecimento de D. João VI, de que o reconhecimento reunificaria os dois reinos.

d) Reação das potências europeias às ligações privilegiadas com a Áustria, terra natal da Imperatriz.

e) Expectativa das potências europeias, que aguardavam o reconhecimento de Portugal, fiéis à política internacional traçada a partir do Congresso de Viena.

5) (Fuvest) O reconhecimento da independência brasileira por Portugal foi devido principalmente:

a) à mediação da França e dos Estados Unidos e à atribuição do título de Imperador Perpétuo do Brasil a D.João VI.

b) à mediação da Espanha e à renovação dos acordos comerciais de 1810 com a Inglaterra.

c) à mediação de Lord Strangford e ao fechamento das Cortes Portuguesas.

d) à mediação da Inglaterra e à transferência para o Brasil de dívida em libras contraída por Portugal no Reino Unido.

e) à mediação da Santa Aliança e ao pagamento à Inglaterra de indenização pelas invasões napoleônicas.

6) (Fuvest) A organização do Estado brasileiro que se seguiu à Independência resultou no projeto do grupo:

a) liberal-conservador, que defendia a monarquia constitucional, a integridade territorial e o regime centralizado.

b) maçônico, que pregava a autonomia provincial, o fortalecimento do executivo e a extinção da escravidão.

) liberal-radical, que defendia a convocação de uma Assembléia Constituinte, a igualdade de direitos políticos e a manutenção da estrutura social.

d) cortesão, que defendia os interesses recolonizadores, as tradições monárquicas e o liberalismo econômico.

e) liberal-democrático, que defendia a soberania popular, o federalismo e a legitimidade monárquica.

7) (Fuvest) Podemos afirmar que tanto na Revolução Pernambucana de 1817, quanto na Confederação do Equador de 1824,

a) o descontentamento com as barreiras econômicas vigentes foi decisivo para a eclosão dos movimentos.

b) os proprietários rurais e os comerciantes monopolistas estavam entre as principais lideranças dos movimentos.

c) a proposta de uma república era acompanhada de um forte sentimento antilusitano.

d) a abolição imediata da escravidão constituía-se numa de suas principais bandeiras.

e) a luta armada ficou restrita ao espaço urbano de Recife, não se espalhando pelo interior.

8) (Uel)

[](http://3.bp.blogspot.com/-yTuvd81u5h8/TtkRoUnsO_I/AAAAAAAABDA/7RZUTKP0aio/s1600/Viva+a+Independ%25C3%25AAncia.jpg)

Na visão do cartunista, a Independência do Brasil, ocorrida em 1822,

a) foi resultado das manifestações populares ocorridas nas ruas das principais cidades do país.

b) resultou dos interesses dos intelectuais que participaram das conjurações e revoltas.

c) decorreu da visão humanitária dos ingleses em relação à exploração da colônia.

d) representou um negócio comercial favorável aos interesses dos ingleses.

e) não passou de uma encenação, já que os portugueses continuaram explorando o país.

9) (Unesp) A respeito da independência do Brasil, pode-se afirmar que:

a) consubstanciou os ideais propostos na Confederação do Equador.

b) instituiu a monarquia como forma de governo, a partir de amplo movimento popular.

c) propôs, a partir das idéias liberais das elites políticas, a extinção do tráfico de escravos, contrariando os interesses da Inglaterra.

d) provocou, a partir da Constituição de 1824, profundas transformações na estruturas econômicas e sociais do País.

e) implicou na adoção da forma monárquica de governo e preservou os interesses básicos dos proprietários de terras e de escravos.

10) (Unirio)

[](http://3.bp.blogspot.com/-Fly6dUBfD3U/TtkSZGYicfI/AAAAAAAABDY/x0611CEp36Q/s1600/Deus.jpg)

(NOVAES, Carlos Eduardo e LOBO, César. "História do Brasil para principiantes: de Cabral a Cardoso, quinhentos anos de novela". 2 edição, São Paulo, Ática, 1998)

A charge aponta para uma importante característica da Carta Outorgada de 1824, qual seja, a instituição do(a):

a) voto universal.

b) voto censitário.

c) poder moderador.

d) parlamentarismo às avessas.

e) monarquia dual.

11) (Mackenzie) O processo de independência do Brasil caracterizou-se por:

a) ser conduzido pela classe dominante que manteve o governo monárquico como garantia de seus privilégios.

b) ter uma ideologia democrática e reformista, alterando o quadro social imediatamente após a independência.

c) evitar a dependência dos mercados internacionais, criando uma economia autônoma.

d) grande participação popular, fundamental na prolongada guerra contra as tropas metropolitanas.

e) promover um governo descentralizado e liberal através da Constituição de 1824.